



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual
do
Contrato de Gestão celebrado entre o
MCTI e o IDSM-OS
Exercício de 2015
Parte III

Tefé (AM)

Dezembro de 2015

1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios e procedimentos adotados

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária de nº.11.638/07, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1.409/12, que aprovou a ITG 2002 que dispõe sobre entidades sem fins lucrativos.

Os critérios e procedimentos contábeis foram mencionados nas notas explicativas reproduzidas a seguir e ratificados pela empresa de Auditoria Independente em seu parecer sobre as contas de 2015. É possível consultar estas informações no site do IDSM www.mamiraua.org.br.

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM - OS**

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**



Sá Leitão

AUDITORIA • CONSULTORIA • GOVERNANÇA CORPORATIVA

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Tefé - AM

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar
CEP 50.070-285, Ilha do Leite - Recife - PE
Fone/fax: 81 3366.9922
saleitao@saleitao.com.br
www.saleitao.com.br

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 22 de janeiro de 2016.

SÁ LEITÃO AUDITORES S/S
Sá Leitão Auditores S/S
CRC-PE-000.369/O-8


Bruno Leonardo Barbosa
Contador CRC-PE-024.971/O-7

Demonstrações Contábeis previstas na legislação que rege a atividade contábil da entidade, incluindo as notas explicativas.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.708.113	1.233.011	Fornecedores		515.997	200.066
Recursos vinculados a convênios	5	3.811.684	8.315.656	Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.325.764	1.631.893
Créditos a receber	6	1.276.184	608.202	Obrigações tributárias		336.184	88.608
Estoques	7	<u>170.944</u>	<u>149.098</u>	Outras contas a pagar		415.209	245.855
				Obrigações com recursos de projetos	11	<u>1.686.901</u>	<u>6.809.459</u>
Total do circulante		<u>6.966.925</u>	<u>10.305.967</u>	Total do circulante		<u>5.280.055</u>	<u>8.975.881</u>
Não circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		44.339	40.946	Outras contas a pagar		44.339	154.283
Imobilizado	8	13.563.439	14.889.545	Investimentos com recursos de projetos	11	<u>12.872.288</u>	<u>14.271.979</u>
Intangível	9	153.476	213.000				
Total do não circulante		<u>13.761.254</u>	<u>15.143.491</u>	Total do não circulante		<u>12.916.627</u>	<u>14.426.262</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Patrimônio social		2.047.315	1.893.597
				Superávit acumulado		<u>484.182</u>	<u>153.718</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>2.531.497</u>	<u>2.047.315</u>
Total do ativo		<u>20.728.179</u>	<u>25.449.458</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>20.728.179</u>	<u>25.449.458</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	14	24.018.316	28.264.998
Custo das atividades	15	<u>(16.569.674)</u>	<u>(17.845.953)</u>
Superávit bruto		7.448.642	10.419.045
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(2.113.433)	(3.391.125)
Despesas gerais e administrativas	17	(4.682.659)	(6.654.291)
Despesas tributárias		<u>(218.827)</u>	<u>(235.690)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>433.723</u>	<u>137.939</u>
Receitas financeiras		144.557	69.958
Despesas financeiras		<u>(94.098)</u>	<u>(54.179)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>50.459</u>	<u>15.779</u>
Superávit do exercício		<u><u>484.182</u></u>	<u><u>153.718</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	2015	2014
Superávit/Déficit do exercício	484.182	153.718
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>484.182</u></u>	<u><u>153.718</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	1.732.757	160.840	1.893.597
Incorporação do superávit acumulado	160.840	(160.840)	-
Superávit do exercício	-	153.718	153.718
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.893.597	153.718	2.047.315
Incorporação do superávit acumulado	153.718	(153.718)	-
Superávit do exercício	-	484.182	484.182
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>2.047.315</u>	<u>484.182</u>	<u>2.531.497</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora - CRC/AM 010141/O-0

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

7

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	484.182	153.718
Depreciação e amortização	1.653.092	2.398.383
Baixas do imobilizado e intangível	3.261	5.401
Juros sobre empréstimos tomados	-	35.032
	<u>2.140.535</u>	<u>2.592.534</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	4.503.972	(3.113.488)
Créditos a receber	(667.982)	(118.009)
Estoques	(21.846)	(159.150)
Depósitos judiciais	(3.393)	21.728
	<u>3.810.751</u>	<u>(3.368.919)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	315.932	(136.725)
Obrigações sociais e trabalhistas	693.871	(293.991)
Obrigações tributárias	247.355	(80.890)
Outras contas a pagar	169.812	(66.541)
Obrigações com recursos de convênios	(6.632.194)	3.949.084
	<u>(5.205.224)</u>	<u>3.370.937</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>746.062</u>	<u>2.594.552</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(270.960)	(1.836.571)
Aquisição de intangível	-	(116.446)
	<u>(270.960)</u>	<u>(1.953.017)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(270.960)</u>	<u>(1.953.017)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	475.102	641.535
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>1.233.011</u>	<u>591.476</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>1.708.113</u></u>	<u><u>1.233.011</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2015
(Em Reais)**

1 Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 26 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do novo contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia de Inovação – MCTI, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 20.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Estoque

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 8.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

g. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

v. *Aplicações financeiras*

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

vi. *Imobilizado*

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

vii. *Ativos financeiros não derivativos*

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

viii. *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

o. Isenções fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

	2015	2014
Caixa	5.211	3.079
Bancos	88.644	43.365
Aplicações financeiras	1.614.258	1.186.567
	<u>1.708.113</u>	<u>1.233.011</u>

5 Recursos Vinculados a Projetos

	2015	2014
Caixa	1.112	3.879
Bancos	1.162	9.511
Aplicações financeiras	3.809.410	8.302.266
	3.811.684	8.315.656

Composição por projeto:

	2015	2014
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI	1.922.667	7.520.477
Convênio BNDES	1.770.098	750.476
Convênio Rufford	-	2.283
Convênio Petrobrás	89.764	33.388
Convênio Ramsar WWF	28.035	-
Convênio WWF	1.120	-
Convênio Primat	-	9.032
	3.811.684	8.315.656

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,87% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

6 Créditos a Receber

	2015	2014
Recursos Contrato de Gestão a Receber	1.037.967	-
Recursos de clientes	85.520	61.728
Adiantamentos a fornecedores	59.773	311.763
Adiantamentos a funcionários	47.894	147.976
Créditos tributários	15.062	9.688
Adiantamentos de viagens	29.968	77.047
	1.276.184	608.202

O valor demonstrado na linha “Recursos Contrato de Gestão a Receber”, refere-se a compras a prazo, incorridas no segundo semestre de 2015.

7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos (periódicos, artesanatos, etc.).

8 Imobilizado

	2015	2014
Bens próprios	604.375	1.043.566
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	12.959.064	13.845.979
	13.563.439	14.889.545

Resumo da movimentação anual:

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2015
Custo						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	-	-	433.262
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.927.735	139.705	(17.343)	8.921	52	4.059.070
Equipamentos de informática	2.007.026	15.543	(11.380)	(11.257)	3.593	2.003.525
Veículos	718.997	-	-	-	-	718.997
Móveis e utensílios	1.424.060	7.423	(630)	2.336	(620)	1.432.569
Biblioteca	81.714	1.044	-	-	-	82.758
Benfeitorias	1.282.454	-	-	135.529	-	1.417.983
Imobilizado em andamento	326.264	103.240	-	(135.529)	-	293.975
	20.872.223	266.955	(29.353)	-	3.025	21.112.850
Depreciação Acumulada						
Edificações	(1.739.835)	(193.848)	-	-	3.462	(1.930.221)
Instalações	(240.647)	(13.259)	-	-	-	(253.906)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.638.750)	(452.478)	16.782	-	166	(2.074.280)
Equipamentos de informática	(1.115.260)	(338.617)	9.251	-	377	(1.444.249)
Veículos	(267.136)	(67.495)	-	-	-	(334.631)
Móveis e utensílios	(411.273)	(127.247)	58	-	-	(538.462)
Benfeitorias	(569.777)	(403.885)	-	-	-	(973.662)
	(5.982.678)	(1.596.829)	26.091	-	4.005	(7.549.411)
Imobilizado Líquido	14.889.545	(1.329.874)	(3.262)	-	7.030	13.563.439

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Custo					
Terrenos	10.000	-	-	-	10.000
Edificações	10.148.304	365.584	-	146.823	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	-	433.262
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.413.412	541.039	(12.216)	(14.500)	3.927.735
Equipamentos de informática	1.363.944	646.929	(3.847)	-	2.007.026
Veículos	650.147	68.850	-	-	718.997
Móveis e utensílios	1.308.256	116.753	(949)	-	1.424.060
Biblioteca	43842	37.872	-	-	81.714
Benfeitorias	1.272.678	9.776	-	-	1.282.454
Imobilizado em andamento	408.819	49.768	-	(132.323)	326.264
	19.052.664	1.836.571	(17.012)	-	20.872.223
Depreciação Acumulada					
Edificações	(1.186.083)	(553.752)	-	-	(1.739.835)
Instalações	(209.780)	(30.867)	-	-	(240.647)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.010.429)	(635.514)	7.193	-	(1.638.750)
Equipamentos de informática	(700.849)	(418.105)	3.694	-	(1.115.260)
Veículos	(153.956)	(113.180)	-	-	(267.136)
Móveis e utensílios	(269.173)	(142.824)	724	-	(411.273)
Benfeitorias	(191.564)	(378.213)	-	-	(569.777)
	(3.721.834)	(2.272.455)	11.611	-	(5.982.678)
Imobilizado Líquido	15.330.830	(435.884)	(5.401)	-	14.889.545

Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2015 foi realizada verificação geral nos bens para avaliar a situação atual dos mesmos, considerando as restrições de uso e de manutenção dos bens, o que foi constatado que o estado de conservação dos bens avaliados, não sofreu alteração significativa nos últimos doze meses. Concluiu-se então que os seus valores residuais estão de acordo com seus estados de conservação atual.

9 Intangível

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2015
Custo						
Software	205.638	-	-	124.003	-	329.641
Licenças Office Profissional	68.158	-	-	(64.951)	-	3.207
Licenças Windows 98	62.718	-	-	(28.522)	-	34.196
DCU Sistemas	28.736	-	-	(28.736)	-	-
Ebeam	1.794	-	-	(1.794)	-	-
	367.044	-	-	-	-	367.044
Amortização						
Custo						
Software	(140.393)	(52.544)	-	-	-	(192.937)
Licenças Office Profissional	(534)	(642)	-	-	-	(1.176)
Licenças Windows 98	(13.117)	(6.338)	-	-	-	(19.455)
	(154.044)	(59.524)	-	-	-	(213.568)
Intangível Líquido	213.000	(59.524)	-	-	-	153.476

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2014
Custo						
Software	105.099	100.539	-	-	-	205.638
Licenças Office Profissional	64.951	3.207	-	-	-	68.158
Licenças Windows 98	50.018	12.700	-	-	-	62.718
DCU Sistemas	28.736	-	-	-	-	28.736
Ebeam	1.794	-	-	-	-	1.794
	250.598	116.446	-	-	-	367.044
Amortização						
Custo						
Software	(24.244)	(116.149)	-	-	-	(140.393)
Licenças Office Profissional	2.636	(3.170)	-	-	-	(534)
Licenças Windows 98	(6.829)	(6.288)	-	-	-	(13.117)
DCU Sistemas	268	(267)	-	-	-	-
Ebeam	54	(54)	-	-	-	-
	(28.115)	(125.928)	-	-	-	(154.044)
Intangível Líquido	222.483	(9.482)	-	-	-	213.000

10 Obrigações sociais e trabalhistas

	2015	2014
Férias a pagar	962.693	1.000.790
INSS sobre salários	934.369	252.203
INSS sobre férias	245.487	276.742
FGTS sobre férias	77.015	86.802
Outras passivos	106.200	15.356
	<u>2.325.764</u>	<u>1.631.893</u>

11 Obrigações com recursos de projetos

	2015	2014
Subvenção MCTI	-	6.076.073
Convênio BNDES	<u>1.686.901</u>	<u>733.386</u>
	<u>1.686.901</u>	<u>6.809.459</u>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 1.686.901 de recursos recebidos a título do convênio com o Banco Nacional com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Os recursos recebidos em 2015, mais o saldo remanescente de 2014, da subvenção MCTI, foram totalmente gastos no ano, pois devido aos cortes nos repasses, por conta dos ajustes do Governo, não houve sobra para compor a reserva técnica.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 12.872.288, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

13 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a Administração do Instituto não julgou necessária a constituição de provisão para perdas com processos judiciais.

14 Receita operacional líquida

	2015	2014
Subvenção do MCTI	20.254.079	24.672.244
Ecoturismo	1.802.972	1.214.489
Convênios	1.708.276	1.864.299
Doações recebidas	247.439	567.037
Vendas de produtos	120.036	79.524
Outras receitas	41.037	7.578
	<u>24.173.839</u>	<u>28.405.171</u>
Deduções de vendas	<u>(155.523)</u>	<u>(140.173)</u>
	<u>24.018.316</u>	<u>28.264.998</u>

15 Custos das atividades

	2015	2014
Salários	(7.624.347)	(6.871.525)
Encargos sociais	(2.856.337)	(2.671.487)
Provisões	(1.729.824)	(1.629.185)
Serviço de terceiros	(1.637.916)	(2.424.792)
Materiais e bens	(1.617.248)	(2.465.122)
Diárias e passagens	(485.906)	(1.090.344)
Custo com serviços - Ecoturismo	(174.798)	(58.542)
Utilidades e serviço	(125.762)	(172.328)
Locações diversas	(123.305)	(229.322)
Custo apoio de gestão	(62.098)	(36.742)
Custo de produtos vendidos (loja)	(59.879)	(7.803)
Serviços de auditoria/consultoria	(52.255)	(66.810)
Locação de mão de obra	(16.255)	(22.249)
Informação científica	(3.744)	(72.288)
Encargos sobre serviços de terceiros	-	(27.414)
	<u>(16.569.674)</u>	<u>(17.845.953)</u>

16 Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários e honorários	(1.388.620)	(2.131.571)
Encargos sociais	(487.667)	(825.176)
Despesa com 13º salário e férias	(183.730)	(391.723)
Encargos sociais sobre provisões	(53.416)	(42.655)
	<u>(2.113.433)</u>	<u>(3.391.125)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Depreciação e amortização	(1.653.329)	(2.398.383)
Locações	(1.003.609)	(1.074.088)
Serviços de terceiros	(530.010)	(1.325.243)
Materiais e suprimentos	(777.534)	(1.246.879)
Utilidades e serviços	(413.121)	(365.429)
Multas	(230.669)	(5.180)
Diárias e passagens	(71.126)	(233.688)
Outras despesas	(3.261)	(5.401)
	<u>(4.682.659)</u>	<u>(6.654.291)</u>

18 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	141.337	66.474
Outras receitas financeiras	<u>3.220</u>	<u>3.484</u>
	<u>144.557</u>	<u>69.958</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(89.032)	(51.482)
Outras despesas financeiras	<u>(5.066)</u>	<u>(2.697)</u>
	<u>(94.098)</u>	<u>(54.179)</u>
	<u>50.459</u>	<u>15.779</u>

19 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	1.708.113	1.233.011
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	1.112	3.879
Bancos	5	1.162	9.511
Aplicações financeiras	5	3.809.410	8.302.266
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	11	1.686.901	6.809.459

Em 31 de dezembro de 2015, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

20 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTI

1. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2012	5.849.239	23.769.037	371.469	(19.781.154)	10.208.591
2013	10.208.591	26.051.217	170.918	(25.405.194)	11.025.532
2014	11.025.532	21.151.216	320.665	(24.481.457)	8.015.956
2015	8.015.956	12.172.159	295.247	(17.424.114)	3.059.248
				2015	2014
Recursos Auferidos					
Saldo inicial (01.01)				8.015.956	11.025.532
Recursos recebidos – repasses MCTI				12.172.159	21.151.216
Receita financeira líquida				<u>295.247</u>	<u>320.665</u>
Total dos Recursos Auferidos				20.483.362	32.497.413
Despesas					
Pessoal				(11.517.697)	(14.048.278)
Custeio				(5.742.701)	(8.933.695)
Capital				<u>(163.716)</u>	<u>(1.499.484)</u>
Total das despesas				<u>(17.424.114)</u>	<u>(24.481.457)</u>
Saldo (31.12)				<u>3.059.248</u>	<u>8.015.956</u>

2. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao Contrato de Gestão

	2015	2014
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	1.922.667	7.520.477
Créditos a receber	1.136.581	495.479
	<u>3.059.248</u>	<u>8.015.956</u>
 No Passivo Circulante		
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 11)	-	(6.076.073)
Outros Passivos		
- Obrigações trabalhistas e sociais	(2.263.287)	(1.588.613)
- Obrigações fiscais e tributárias	(277.524)	(81.509)
- Obrigações em circulação - fornecedores	(518.437)	(269.761)
	<u>(3.059.248)</u>	<u>(1.939.883)</u>
	<u>(3.059.248)</u>	<u>(8.015.956)</u>

O valor de R\$ 3.059.248, apresentado acima, está representado por despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos e que se encontram pendentes de compensação.

21 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 10.940.890.

Tefé/AM, 22 de janeiro de 2016.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0